

# GNOSEOLOGIA DAS CIÊNCIAS HUMANAS E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA

DOI: <https://doi.org/10.58960/rbi.2023.18.234>

Henrique Geaquinto Herkenhoff \*  
Rogério Bubach \*\*

## Resumo

Este artigo analisa o impacto e as consequências dos vieses cognitivos no processo de produção de conhecimento da Atividade de Inteligência, principalmente, sob o entendimento de que a cognição implica dar significado ao que é percebido e integrá-lo em um todo oportuno e útil para decisão dos formuladores de política. Ao partir de contribuições recentes sobre o tema, perpassa pelas estratégias utilizadas para identificar e mitigar os efeitos dos vieses cognitivos e sua verdadeira eficácia no trabalho dos analistas de Inteligência, principalmente, sobre os produtos resultantes de seu esforço cognitivo. Aborda, mesmo sem extensão, a gnoseologia da ciência, a reivindicação de participação das “ciências” humanas e a contextualização dessas com a Atividade de Inteligência, e alcança aspectos dos processos consciente e inconsciente aplicados na produção do conhecimento de Inteligência e em seus propósitos. Discute estratégias para o gerenciamento de riscos da cognição humana e apresenta alternativas que podem fomentar o trabalho dos órgãos de Inteligência, principalmente, na atividade de análise das informações.

**Palavras-chave:** viés cognitivo; análise de Inteligência; falhas de Inteligência.

## GNOSEOLOGY OF HUMAN SCIENCES AND PRODUCTION OF INTELLIGENCE KNOWLEDGE

### Abstract

*It analyzes the impact and consequences of cognitive biases in the knowledge production process of intelligence activity, mainly under the understanding that cognition implies giving meaning to what is perceived and integrating it into a timely and useful whole for the decision of the policy makers. Based on recent contributions on the topic, goes through the strategies used to identify and mitigate the effects of cognitive biases and their true effectiveness in the work of intelligence analysts, mainly about the products resulting from their cognitive effort. It addresses, even without extension, the gnoseology of science, the claim of participation of human “sciences” and the contextualization of these with the activity of intelligence, reaching aspects of the conscious and unconscious process applied in the production of knowledge of intelligence and its purposes. Discusses strategies for risk management of human cognition, presenting alternatives that can encourage the work of intelligence agencies, mainly*

---

\* Doutor em Direito Civil pela Universidade de São Paulo (USP). Atuou como membro do Ministério Público Federal, como desembargador no Tribunal Regional Federal da 3ª região e como secretário de estado de segurança pública do Espírito Santo. Advogado e professor na Universidade de Vila Velha /ES (UVV).

\*\* Mestre em Segurança Pública pela Universidade Vila Velha. Especialização em Segurança Pública pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Graduação em Direito pela Universidade Vila Velha. Graduação no Curso de Contrainteligência da Subsecretaria de Estado de Inteligência/ Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do estado do Espírito Santo.

*in the activity of analyzing information.*

**Keywords:** *cognitive bias; Intelligence analysis; Intelligence failures.*

## **GNOSEOLOGÍA DE LAS CIENCIAS HUMANAS Y PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO DE INTELIGENCIA**

### **Resumen**

*Este artículo analiza el impacto y las consecuencias de los sesgos cognitivos en el proceso de producción de conocimiento de la actividad de Inteligencia, principalmente bajo el entendido de que cognición implica dar significado a lo percibido e integrarlo en un todo oportuno y útil para la toma de decisiones de los formuladores de políticas. Con base en contribuciones recientes sobre el tema, se abordan las estrategias utilizadas para identificar y mitigar los efectos de los sesgos cognitivos y su verdadera efectividad en el trabajo de los analistas de Inteligencia, principalmente en los productos resultantes de su esfuerzo cognitivo. Aborda, aún sin extensión, la gnoseología de la ciencia, la pretensión de participación de las “ciencias” humanas y su contextualización con la actividad de la Inteligencia, y alcanza aspectos de los procesos conscientes e inconscientes aplicados en la producción del conocimiento de la Inteligencia y sus propósitos. . Discute estrategias para gestionar los riesgos de la cognición humana y presenta alternativas que pueden promover el trabajo de las agencias de Inteligencia, principalmente en la actividad de análisis de información.*

**Palabras clave:** *sesgo cognitivo; análisis de inteligencia; fallas de inteligencia.*

## Introdução

O presente artigo já estava bastante adiantado quando o número 14 desta revista trouxe o excelente artigo “Vieses cognitivos na Atividade de Inteligência”, que destaca como o analista de Inteligência pode ser conduzido ao erro por mecanismos desenvolvidos naturalmente pela mente humana, tais como os vieses de representatividade, *status quo*; ancoragem e ajustamento, confirmação, disponibilidade, espelhamento de imagem e atribuição. De maneira muito semelhante, já Bacon identificava quatro espécies de obstáculos epistemológicos ou cognitivos: os *idola tribus*, os *idola specus*, os *idola fori* e os *idola theatri* (PENNA, 1986, p. 36). A linha de pensamento defendida pelos autores Christiano Ambros e Daniel Lodetti pode ilusoriamente parecer oposta à que sustentaremos adiante, de maneira que nos permitiremos, à guisa de introdução, tecer alguns comentários a respeito desse trabalho, que traz, em si mesmo, contra-argumentos importantes.

Como é público e notório, desde que restou comprovado não haver armas de destruição em massa no Iraque em 2003 e, principalmente, desde o atentado contra as Torres Gêmeas em 2001, tanto dentro das próprias instituições quanto na imprensa e no meio político, cresceu, exponencialmente, o interesse em estudar e prevenir supostas falhas nos serviços de

Inteligência. Uma das soluções encontradas foi a utilização das chamadas técnicas de análise estruturada, e passou-se “de um modelo em que o analista processava individualmente a informação, de uma maneira intuitiva, para outro em que se incentiva a colaboração em grupo durante o processo analítico” (AMBROS; LODETTI, 2019, p. 22).

Contudo, os próprios vieses na avaliação retrospectiva desses eventos colocam em dúvida a importância, e mesmo a existência, dessas supostas falhas nos serviços estadunidenses de informação (SÁNCHEZ, *in* FERNANDEZ, 2016, p. 183-189; TURNER, 2005, p. 1-2) e, especialmente, sua atribuição a vieses analíticos (DOWLING, 2005; ZEGART, 2007), a não ser que a acomodação<sup>1</sup> – inclusive em produzir apenas sob encomenda (BODNAR, 2003, *passim*; MARTIN, 2002, p. 38) –, a incompetência gerencial e a falta de integração entre agências (LOWENTHAL, 2015, p. 179) possam ser consideradas um fenômeno cognitivo:

Para o indivíduo inexperiente, não é bom quando o acaso não lhe presta esse serviço; pois, se um relatório confirma o outro, dá-lhe veracidade, diminuindo a desconfiança, dando novas nuances a imagem formada, até que somos forçados, pela necessidade, a tomar, com urgência, uma resolução que em breve se descobrirá ser uma decisão equivocada e que todos esses relatórios continham

1 É verdade que as heurísticas são inerentemente conservadoras dos padrões anteriores (SINCLAIR, 2010, p. 9), mas não podem ser consideradas o único fator de acomodação.

apenas mentiras, exageros, erros etc. Enfim, para resumir, a maioria dos relatórios são enganosos e a timidez do homem age como um multiplicador de engodos e falsidades (CLAUSETWITZ, 2005, p. 63-64).

Aliás, o viés de exagerar nossa própria capacidade de influenciar decisão alheia (AMBROS; LODETTI, *op. cit.*) tem um irmão gêmeo: o de subestimar a força adversa ou superestimar a habilidade ou o dever de se prever e evitar certos eventos. Analistas de Inteligência não são oráculos. Em particular, a nação estadunidense simplesmente não é capaz de aceitar (TURNER, 2005, p. 1-2) que seu país, por diversos fatores, é um alvo cobiçado, tem dimensões continentais, abriga comunidades populacionais extremamente variadas, comercia e, ao mesmo tempo, envolve-se em atritos por todo o planeta etc., e, portanto, simplesmente não está a salvo de conflitos de baixa intensidade em seu próprio território. Ademais, falhas grotescas podem não resultar em nenhum prejuízo, enquanto pequenas imperfeições podem permitir desastres concretos: avaliar uma falha por suas consequências distorce a viabilidade de prevenção.

Por outro lado, esses atalhos mentais são absolutamente indispensáveis, ainda que possam eventualmente ter efeitos colaterais negativos. Quando a imagem de um leão aumenta continuamente, a primeira reação é fugir o mais rápido possível. Talvez fosse uma ilusão de ótica, talvez o leão não estivesse à caça, mas a verdade é que

não existe nenhum descendente daqueles cujos cérebros hesitaram em colocar as pernas para correr (FEARN, 2004, p. 91). Uma análise concentrada no erro e desgarrada dos êxitos também incidirá na “lei dos pequenos números”, e dará ênfase exagerada a momentos “patológicos” dos processos de produção do conhecimento; afinal de contas, os advogados somente atuam nos casos em que os contratos foram descumpridos, mas essa não é a situação mais frequente no mundo dos negócios. Em outras palavras, ideias preconcebidas, vieses e análises automáticas de nossos sentidos, todos esses processos mentais desenvolvidos evolutivamente pelo ser humano, são, essencialmente, muito bons: apenas não custa tomar algum cuidado para prevenir situações que nos levariam a erros evitáveis (BARRUTIETA, *in* FERNANDEZ, 2016, p. 26-27).

A cognição implica, exatamente, dar significado ao que é percebido e integrá-lo, e isso não pode ser feito, em termos concretos, senão a partir da cognição acumulada por aquele ser humano individualizado (ROSITO, 2006). Os vieses não são um defeito no processo cognitivo, mas parte integrante e essencial dele. Não há como, atualmente, entender como Sócrates era entendido em sua época, como tampouco duas pessoas o podem entender exatamente igual. Portanto, não apenas não é viável, como sequer conveniente, efetivamente impedir, mas apenas controlar os vieses cognitivos, até

porque o erro é próprio de toda atividade humana, e esses vieses somente representam uma ameaça à parte quando possam sem induzidos ou manipulados por uma força adversa.

Métodos estruturados de análise tendem, sim, a se tornar lentos e, burocráticos, embora isso possa ser, em larga medida, reduzido, uma vez que os arcabouços preconizados sejam vistos como apoio e não como prisões do pensamento, e permitam que sejam integrados ao repertório de ferramentas de raciocínio automático. Ou seja, esses mecanismos para prevenção de heurísticas podem ser apropriados pelos analistas como processos inconscientes tão naturais e imediatos quanto os próprios vieses; é possível treiná-los em vez de engessá-los.

Também é possível reduzir a lentidão pela utilização da informática, mas isso aumenta o engessamento e adiciona o sério risco de se criar o conforto da ilusão matemática: se alimentarmos um *software* com dados arbitrariamente estimados, o computador nos fornecerá gráficos vistosos e transformará uma completa ausência de informações numa “verdade” inquestionável, com a agravante de aparentar precisão até nas casas centesimais (DEMO, 2000, p. 22-35). Até começar a parecer ordem, o caos não é perigoso (GUNTHER, 2013, p. 68). Além disso, é mais fácil comprar equipamentos de informática de última geração que “vendê-

los” a instituições e servidores da geração anterior (BODNAR, 2003, p. 151-152).

Por fim, a informática nada mais faz do que substituir os vieses humanos por *biases* algorítmicos (O’NEILL, 2016, *passim*; CRAWFORD, 2012; CRAWFORD & CALO, 2016), que têm a mesma tendência de consolidar preconceitos na amostragem decisória, além de igualmente não ser possível saber o percurso lógico-argumentativo que levou à decisão. Algoritmos não seriam mais que opiniões codificadas; podem conter vieses de quem os elaborou ou de quem os está utilizando, ou simplesmente provenientes de uma amostragem insatisfatória na base de dados. Embora capazes de “aprender”, em última análise, os *softwares* tendem, mais que o ser humano, a replicar decisões ou análises anteriores. Computadores erram menos porque variam menos. Quanto mais forem capazes de criatividade e iniciativa, mais se aproximarão dos seres humanos na possibilidade de equívoco. Portanto, mesmo que utilizem inteligência artificial, continuará necessário auditar permanentemente sua transparência, sua escala de enviesamento e seu dano potencial.

A análise coletiva da informação tem vantagens evidentes, principalmente em temas complexos e inter ou multidisciplinares, bem como quando se aproximam os consumidores e os produtores de Inteligência. Contudo, além

de exigir maior quantidade de pessoal e aumentar o tempo de processamento, implica menor compartimentação e gera riscos, tais como a interferência de relações interpessoais (amizade ou antipatia, admiração ou despeito, liderança ou oposição) e, principalmente, um fenômeno que talvez não possa ser caracterizado como um viés cognitivo, mas que causa muito mais estragos: o efeito manada ou, como chamava Nietzsche (1981, p. 128/129), o espírito de rebanho. Na cena cinematográfica mencionada por Sinclair (2010, p. 8), após um anúncio ininteligível pelo alto-falante, um trem se aproxima da estação, e todos se dirigem para aquela plataforma, por imaginar que embarcariam, mas o veículo passa direto; os passageiros não se dirigiram ao trem errado porque tomaram decisões individuais enviesadas, mas porque se influenciaram mutuamente; o primeiro que fez menção de se mover para a plataforma da esquerda sentiu sua decisão confirmada ao ser imitado pelos demais. Ainda que a heurística possa ter contribuído para deflagrar o processo decisório equivocado, ele se acelerou e sustentou coletivamente.

De fato, tanto nos serviços de Inteligência como nos processos decisórios ou nas corretoras das Bolsas de Valores, é fácil perceber que a maior parte dos seres humanos prefere errar coletivamente a acertar sozinho (HOLT, 1994, p. 86-87; SCHULSKY, 1991, p. 63; SANCHEZ, *in* VELASCO, NAVARRO; ARCOS, 2008,

p. 99). Se todos os analistas de mercado recomendam a aquisição de uma ação, é improvável que apenas um deles diga exatamente o oposto; dificilmente um deles realmente recomendará a seus clientes uma carteira de investimentos exatamente igual a sua própria, pois mesmo acertar sozinho pode levar alguém à fogueira. Há, portanto, muito mais segurança e muito mais prêmios em aderir ao pensamento predominante (NIETZSCHE, 1981, p. 193 e 242-243; PIAGET, 1978, p. 77) esteja ele, correto ou equivocado, algo que até Galileu praticou mais de uma vez (LENTIN, 1997, p. 65; RUSSEL, 1969, p. 29-30).

Por fim, frequentemente, existem prêmios por fazer ou dizer aquilo que seus superiores querem que seja feito ou dito (HOLT, 1994, p. 84; SCHULSKY, 1991, p. 62; TURNER, 2005, p. 3; SANCHEZ, *in* VELASCO, NAVARRO; ARCOS, 2008, p. 94-95). Uma vez que se tenha tomado a decisão de declarar guerra a um outro país, é preciso justificá-la; qualquer voz que se levante em outra direção será, no mínimo, desprezada, quando não vista como traição. E o suposto enviesamento de uma análise frequentemente não é mais do que viés de quem recebe a informação ou de quem toma conhecimento dela; há larga dose de cinismo nas críticas, tanto da imprensa quanto de opositoristas. (HOLT, 1994, p. 85).



## **Gnoseologia da ciência, das “ciências” humanas e da Inteligência**

Aparentemente, existe um equívoco fundamental de se imaginar que todo e qualquer conhecimento tem a mesma natureza, as mesmas limitações, as mesmas fontes e deve ser produzido pelo mesmo método. Nada mais falso.

O analista de Inteligência geralmente vai entregar um produto escrito que, em seguida, será difundido e chegará aos consumidores finais. Ora, o processo de produção do conhecimento científico apenas começa quando o do conhecimento de Inteligência termina. Depois de redigir seu artigo científico, o acadêmico o submeterá a algum periódico especializado, que o remeterá a dupla revisão cega por pares, a fim de decidir se esse trabalho sequer merece ser publicado. A partir de então, se ele despertar interesse na comunidade acadêmica, outros pesquisadores repetirão o estudo com o mesmo experimento ou, mais frequentemente, com experimentos diferentes, em busca de falseá-lo (POPPER, 2013a, p. 37 *et seq.*). Só depois de granjear, ao mesmo tempo, importância e reconhecimento, um determinado postulado será aceito pela comunidade científica como uma verdade provisória, sempre no aguardo de um falseamento não alcançado por ora. Nas ditas “ciências” humanas, não existe a possibilidade seja de falseamento ou refutação definitiva, seja

de prova, mas apenas de convencimento parcial da comunidade de estudiosos, razão pela qual convivem indefinidamente correntes de pensamento, por exemplo, a freudiana, a lacaniana, a junguiana, a Gestalt, a Psicologia Comportamental e outras.

Seja em tese, seja concretamente, o “sujeito” do conhecimento científico é sempre abstrato e, inclusive, inumano: uma reação química ocorre igualmente quando estudada por um terrestre ou um marciano; aliás, ocorre igualmente, independentemente de ser observada ou não, sempre da mesma maneira, não importa a que tempo. Não existe, portanto, nenhuma possibilidade de enviesamento e nem mesmo faz sentido falar em “referencial teórico”, já que nenhum postulado da Física parte do pressuposto de que são verdadeiras as correntes de pensamento formadas a partir de Karl Marx ou Max Webber, como geralmente ocorre no campo da Economia ou da Sociologia. Já o sujeito cognoscente nas “ciências” humanas é um dado indivíduo que, no máximo, será questionado pela comunidade de estudiosos quando expuser suas opiniões. É inevitável que seu conhecimento esteja impregnado por sua visão de mundo, sua personalidade, seus valores, suas idiosincrasias e, portanto, também seus vieses cognitivos. A cognição, fora do campo das ciências naturais e dos conhecimentos abstratos (matemática pura, física teórica etc.), é um processo

psicológico concreto, histórico e datado. Com mais forte razão, o conhecimento de Inteligência enfrenta esse campo de falibilidade, mas não porque o processo de produzi-lo seja falho, e sim porque se trata de um risco inerente.

Outro ponto a ser sempre sublinhado é que um dado ainda não admitido como científico pode perfeitamente ser considerado útil, tanto nas ciências aplicadas como, com mais forte razão, na Inteligência, cujo papel não é, em última análise, apresentar certezas absolutas, mas sim reduzir incertezas quanto aos fatos no momento decisório.

## Como prevenir os vieses de cognição viciados

Repita-se, os vieses de cognição não são, em si mesmos, vícios no processo de produção das “ciências” humanas ou do conhecimento de Inteligência. Apenas devemos estar sempre advertidos sobre eles. Um bom trabalho de sociologia aponta seu referencial teórico e, assim, facilita o trabalho do leitor crítico, isto é, do bom consumidor de conhecimento sociológico.

Cria-se ciclos esquemáticos de produção de conhecimento de Inteligência, e, mais modernamente, processos estruturados de análise, muito interessantes como ferramenta didática e sistematizadora do trabalho dos funcionários dos órgãos de

Inteligência. São muito úteis para viabilizar o trabalho em equipe, mas não se deve ignorar o fato de que a maior parte do conhecimento levado aos decisores não vem das ciências da natureza, mas tem base platônica, e a retrospectiva é pouco mais segura do que a prospectiva, na medida em que “até o passado é incerto”.<sup>2</sup> Ademais, mesmo em relação às ciências da natureza, simplesmente não é possível – nem importante – reconstruir racionalmente as fases que conduziram o cientista à descoberta (POPPER, 2013a, p. 30). Na verdade, nem tudo que escapa a nosso consciente é necessariamente irracional, e a neurociência ainda está longe de resolver o problema da consciência (TEIXEIRA, 2012, *passim*).

Todo o erro da velha psicologia, no que concerne aos processos lógicos, provém invariavelmente da consideração do pensamento, da razão, como entidades acima das necessidades naturais, no domínio da mais refinada abstração. O pensamento surge como qualquer coisa de superior, que necessita unicamente estar em acordo consigo mesmo por meio das regras rigorosas da lógica pura [...] (MENEZES, 1971, p. 112).

[...] não existe um método lógico de conceber ideias novas ou de reconstruir logicamente esse processo. Minha maneira de ver pode ser expressa na afirmativa de que toda descoberta encerra um ‘elemento irracional’ ou uma ‘intuição criadora’ no sentido de Bergson. De modo Similar, Einstein fala da ‘busca daquelas leis universais [...] com base nas quais é possível obter, por dedução pura, uma imagem do universo. Não há caminho lógico”, diz ele, ‘que leve a essas [...] leis. Elas só podem

2 Frase frequentemente atribuída a Pedro Malan, ex-Ministro da Economia, mas também a Gustavo Loyola, ex-Presidente do Banco Central.



ser alcançadas por intuição, alicerçada em algo assim como um amor intelectual (Einführung) aos objetos de experiência” (POPPER, 2013a, p. 31).

A par disso, também não se deve ignorar nem desvalorizar integralmente aquilo que venha de fontes “irracionais”, tais como a intuição (CARMELLO, 2000, *passim*), a opinião, os fatos comunicados simbolicamente ou mesmo a análise dos discursos, especialmente quando possam ser confirmados por outras fontes mais “tradicionais” ou quando, simplesmente, não seja possível adiar a deliberação. Segundo a teoria do fechamento cognitivo, “algumas propriedades e teorias são acessíveis para alguns tipos de mentes e não para outros” (MCGINN *apud* VICENTINI, 1999, p. 42). O método cartesiano, tão louvado por sua aparente infalibilidade, simplesmente não é aplicável às ciências naturais (LENTIN, 1997, p. 98 *et seq.*) e muito menos poderia resumir as possibilidades de conhecimento humano.

## Conhecimento e inconsciente

Sigmund Freud, um dos pioneiros e o mais conhecido estudioso da mente inconsciente, teve Carl Gustav Jung como discípulo, inicialmente, e dissidente, posteriormente. Freud, em rápido resumo, descreveu a mente humana como formada por duas estruturas inconscientes: o id, responsável pelos desejos, e o superego,

que tende à repressão de toda volição; essas estruturas seriam completadas por uma outra consciente, o ego, incumbido não apenas de arbitrar a relação conflituosa entre as estruturas inconscientes, mas também de intermediá-la com o ambiente externo.

Jung propôs uma estrutura total da psique,<sup>3</sup> o *Selbst* (si mesmo, *self*, em inglês), da qual a parte consciente (ego) é somente uma pequena fração, responsável pela realização do *self* por meio da articulação do indivíduo com o meio exterior (JUNG *et al.*, 1999, p. 161 *et seq.*). A parte que permanece inconsciente é tão racional, inteligente, arguta e observadora quanto a consciente, porém é muito maior e mais capaz de guardar memórias ou informações ou de realizar operações mentais. Essa estruturação, que, para efeitos exclusivamente didáticos, poderíamos dizer dividida em “mentes” que funcionam concomitantemente, seria extremamente útil para permitir ao ser humano se concentrar em atividades de importância imediata, sem, apesar disso, deixar de perceber, registrar e elaborar intelectualmente outras informações que seus sentidos lhe trouxessem ao mesmo tempo e que, inclusive, são muito mais numerosas e menos organizadas (BARBER; LEGGE, 1976, *passim*), nem sobrecarregar o consciente com memórias e informações que não tenham importância imediata. Deste modo, tanto o analista

3 Bom exemplo de que, no conhecimento de base platônica, duas “verdades” podem coexistir.

quanto as fontes humanas detêm muito mais conhecimento inconsciente do que consciente.

Este material torna-se inconsciente porque – simplesmente – não há lugar para ele no consciente. Alguns de nossos pensamentos perdem a sua energia emocional e tornam-se subliminares (isto é, não recebem mais a mesma atenção do nosso consciente) porque parecem ter deixado de nos interessar e não têm mais ligação conosco, ou então porque existe algum motivo para que desejemos afastá-lo de vista (JUNG, 1999, p. 37).

O problema é que o desenvolvimento da racionalidade humana foi, progressivamente, dificultando que a mente inconsciente pudesse devolver ao ego as informações e raciocínios que já tem prontos e disponíveis e que agora se tornaram necessários; logo, o ego precisa servir-se, cada vez mais e com menos efetividade, de mecanismos tais como os *insights*, as epifanias, as revelações, os *déjà-vu*, os sonhos, as intuições, os atos instintivos etc., quase sempre por meio de símbolos e arquétipos, sensações, calafrios e “vozes interiores”, que o avisam para fazer ou não fazer algo imediatamente, sem que se compreenda porquê.

Algumas pessoas têm o ego mais (introvertidas) e outras menos (extrovertidas) acessível à parte inconsciente do *self* (JUNG, 1999, p. 60), mas, no geral, o homem moderno oscila entre desprezar completamente ou dar importância secundária às informações que lhe vêm

de origem desconhecida, às conclusões de raciocínios que não lembra haver feito, ao passo que os povos menos “desenvolvidos” entram mais fácil e sistematicamente em contato com seu inconsciente (JUNG, 1999, p. 52).

E, assim, nós, seres racionais, modernos, inteligentes e não místicos simplesmente esquecemos de que, por exemplo, segundo muitas fontes de difícil comprovação<sup>4</sup>, Dimitri Mendeleev teria sonhado com a tabela periódica, isto é, em algum momento, sua mente consciente, incapaz de resolver o problema científico de que se ocupava, recebeu a solução que seu *alter ego* já tinha pronta. Da mesma forma, reza a lenda de que Isaac Newton teria repentinamente “criado” a teoria da gravidade quando uma maçã caiu sobre sua cabeça enquanto estava adormecido. Não são poucas as narrativas de descobertas científicas ora um tanto casuais, ora surgidas em sonhos, epifanias e outros fenômenos claramente relacionados ao inconsciente (FREIRE-MAIA, 1992, p. 155). “O advento de um pensamento feliz é fruto dos esforços anteriores do investigador, mas não é, em si, uma ação de sua parte. Ao contrário, trata-se de algo que acontece a ele [...]” (Michael Polanyi, *Personal Knowledge: towards a Post-Critical Philosophy*. Nova York, Harper & Row, 1962 *apud* ALVES, 1990, p. 145). No mesmo sentido, Popper (2013b, p. 155-156) e Fearn (2004, p. 73-

4 Por exemplo: <https://www.manualdaquimica.com/cientistas-que-contribuiram-para-quimica/mendeleiev-criadortabela-periodica.htm> e <https://alunosonline.uol.com.br/quimica/mendeleiev.html>. Acesso em: 6 abr. 2019.

75).

Em resumo, não têm sustentação científica a ideia de que apenas o pensamento e o conhecimento conscientes são racionais, ou, mesmo, que só aquilo que é consciente pode produzir racionalidade. Apenas eles não nos deixam tão confortáveis e, talvez – apenas talvez – sejam, mesmo, merecedores de maior gerenciamento.

## Conhecimento e sua representação

Conforme Heuer Junior (1999, p. 1), “quando falamos em melhorar a análise de Inteligência, geralmente nos referimos à qualidade da escrita, tipos de produtos analíticos, relações entre analistas de Inteligência e consumidores de Inteligência, ou organização”. Nesse sentido, não bastasse as preocupações do analista, especificamente com os fenômenos decorrentes do funcionamento de seu intelecto, entre eles, os próprios vieses, por vezes, esses profissionais, precisam lidar com as dificuldades de apresentar um produto que atenda aos anseios dos formuladores de políticas ou que, ao menos, represente com fidedignidade o que se tem em termos de informação sobre determinado assunto. O profissional de Inteligência, principalmente o analista, precisa, continuamente, estar atento à representação do resultado de seu trabalho – o conhecimento de Inteligência – ou, ao menos, em como expressar, com rigor, o

conceito de sua percepção sobre o que ele significa. Via de regra, a representação do resultado do processo cognitivo do analista, que atua só ou em grupo, com exceções evidentes, constitui-se em relatórios no formato texto, ou ainda, em breves relatos, entre um compromisso e outro, na agenda dos formuladores de política.

Se considerarmos, ainda, que grande parte da matéria-prima do que esse analista recebe para a formulação de seu trabalho também foi obtida por meio de relatórios no formato texto ou de registros em bases de dados, preenchidos com impressões e percepções de outros sobre os assuntos estudados, podemos concluir que a representação do resultado do processo de “análise” por meio dos signos (palavras), concatenados em suas frases, orações e parágrafos no corpo de texto, é essencial na representação do pensamento e no entendimento da realidade.

Destarte, apesar de todo apego e todo rigor aos modelos empregados, esse material acaba por representar apenas uma parcela de percepção dessa realidade, amplamente dependente das capacidades sensitiva e cognitiva de cada indivíduo envolvido no processo de produção. Mantidas as condições ideais, o processo cognitivo imprimirá, inevitavelmente, as percepções individuais aos produtos que entrega. Assim, mesmo com todo o esforço do analista em identificar e controlar os possíveis vieses cognitivos

capazes de impactar seu trabalho, ele ainda poderá, por um mero descuido ou desconhecimento, transmitir por representação, escrita ou falada, sem o rigor da lógica e da gramática, um conceito que não expresse o entendimento da mensagem ou a sensibilização de seus interlocutores quanto ao significado do que pretendia apresentar. A preocupação com o bom emprego da lógica e a correção gramatical passa a ser, como afirma Heuer Junior (1999), tão relevante na qualidade do produto, quanto o controle dos atalhos de seu raciocínio.

## Considerações finais

Como visto, o sujeito do conhecimento de Inteligência é concreto e identificável, ainda quando seja coletiva sua produção. A cognição, neste caso, portanto, não é um processo abstrato que possa ser planejado e exercitado formalmente, ainda que se possa desenvolver ferramentas de cunho didático e uniformizador. Trata-se de um processo psicológico, idiossincrático, localizado no tempo e no espaço, não inteiramente consciente, sujeito a falhas individuais ou coletivas.

Reconheça-se o risco inerente a toda análise viesada ou não totalmente consciente, mas não é necessário desprezá-la, apenas gerenciar esse risco para o diminuir o quanto possível e, quando não for possível eliminá-lo, deixar um registro de sua falibilidade reconhecível pelo consumidor final.

Há, essencialmente, quatro maneiras conhecidas de se reduzir as falhas cognitivas: pela seleção (ROSITO, 2006) e pelo treinamento dos analistas; pela revisão do produto; pela produção coletiva, que também reduz as falhas de representação; e pela adoção de técnicas estruturadas de análise e/ou ferramentas computacionais (AMBROS; LODETTI, 2019). Elas não são excludentes entre si, mas a seleção e o treinamento adequados são, de longe, as menos dispendiosas, as que menos retardam a produção e menos conduzem a outros vícios, tais como a ilusão matemática, as análises emolduradas, a falta de criatividade e iniciativa e a precariedade da Inteligência de advertência.

Quando são obrigados a preencher grandes formulários a quem ninguém presta realmente atenção (até porque o consumidor sempre quer saltar para a conclusão), os analistas perdem um tempo precioso e tendem a se rebelar (e gastar energia) ou a se acomodar (e perde criatividade e iniciativa). No entanto, depois de alguns anos, é provável que seu inconsciente tenha se apropriado de todas as ferramentas formais que lhe foram impostas por seus superiores. Em algum momento, ele se verá fazendo uma Análise de Hipóteses Concorrentes antes de colocar um novo sabão em pó em seu carrinho de supermercado. Ora, esse processo de apropriação de novas ferramentas inconscientes e acoplamento àquelas que herdamos de nossos ancestrais pode ser provocado intencionalmente e

ocorrer de maneira muito mais rápida. Atalhos mentais são muito úteis e quase sempre funcionam exatamente como deveriam. As ilusões de ótica são raras, e há sempre algum mágico ou livrinhos interessantes para nos divertir com elas. Já sabemos que elas existem, embora raramente nos prejudiquem de verdade. Ora, não é difícil conceber exercícios inofensivos em que os vieses cognitivos nos preguem peças e técnicas estruturadas sejam introduzidas como parte da maneira natural de pensar, tal como é possível ensinar quase todos a guiar automóveis ou disparar armas de fogo. Da mesma forma, é possível treinar alguém a estar, ao mesmo tempo, atento a seu conhecimento inconsciente e desconfiado dele. É possível que, em algum grau bastante elevado (mas nunca absoluto), o controle dos processos inconscientes de cognição seja tão automático quanto os próprios processos, o que gera produtos extremamente confiáveis, com a vantagem de abranger muito mais do que a mente consciente, a menor parte que nosso *self* tem a oferecer.

Algumas pessoas jamais conseguirão adquirir certas habilidades e, por isso, poderão estar na profissão errada ou serem eliminadas como parte do processo

de recrutamento (no Brasil, o concurso público). As que forem aprovadas deverão ser incessantemente aperfeiçoadas, especialmente quando designadas para a função de análise.

Nada disso exclui a revisão dos produtos apresentados, a análise retrospectiva criteriosa das falhas mais importantes, a produção coletiva do conhecimento de Inteligência, a utilização de técnicas estruturadas ou de ferramentas de informática. Contudo, o que sugerimos acima tende a ser menos dispendioso, mais fácil de digerir pela “velha guarda”, mais fácil de impor aos novatos, mais rápido e menos burocrático, evita o engessamento e a falta de criatividade, de iniciativa e de colaboração, a inacessibilidade da informação disponível, que, no final das contas, são, claramente, as principais falhas dos serviços de Inteligência.

A utilidade potencial da Inteligência artificial não pode ser menosprezada, mas ela tampouco será a panaceia universal dos serviços de Inteligência e, certamente, não dispensará os mesmos cuidados com o enviesamento.

## Referências

- ALVES, Rubem. *Filosofia da Ciência*, 13. ed. São Paulo: ed. Brasiliense, 1990.
- AMBROS, Christiano; LODETTI, Daniel. Vieses cognitivos na Atividade de Inteligência: conceitos, categorias e métodos de mitigação. *Revista Brasileira de Inteligência*. Brasília: Abin, n. 14, dez. 2019.
- BARBER, Paul J.; LEGGE, David. *Percepção e informação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- BODNAR, John W. *Warning analysis fir the information age: rethinking the intelligence process*. Washington (DC) Joint Military Intelligence College, 2003.
- CARMELLO, Eduardo. *O poder da informação intuitiva*. São Paulo: Ed. Gente, 2000.
- CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra: a arte da estratégia*. São Paulo: Tahyu, 2005.
- CRAWFORD, Kate. The Hidden Biases in Big Data. *Harvard Business Review*. Disponível em: <https://hbr.org/2013/04/the-hidden-biases-in-big-data>. Acesso em: 7 jun. 2020.
- CRAWFORD, Kate; CALO, Ryan. There is a blind spot in AI research. *NATURE*, vol. 538. 20 October 2016. Disponível em: <https://www.microsoft.com/en-us/research/wpcontent/uploads/2017/10/538311a.pdf>. Acesso em: 7 de jun. 2020.
- DEMO, Pedro. *Certeza da incerteza: ambivalências do conhecimento e da vida*. Brasília, Ed. Plano, 2000.
- DOWLING, Thomas. *Failures of imagination: thoughts on the 9/11Comission Report*, in Learning with professionals. Washington (DC): Joint Military Intelligence College, 2005.
- FEARN, Nicholas. *Aprendendo a filosofar em 25 lições*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- FERNANDEZ, Antonio M. Díaz (Director). *Espionaje para políticos*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2016.
- FREIRE-MAIA, Newton. *A ciência por dentro*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- GUNTHER, Max. *Os axiomas de Zurique*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2013.
- HEUER JUNIOR, Richards J. *Psychology of intelligence analysis*. Center for the Study



in Intelligence. CIA, 1999. Disponível em: <https://www.cia.gov/library>. Acesso em: 30 set. 2018.

HOLT, Pat M. *Secret Intelligence and public policy: A dilemma of democracy*. Washington (DC): CQ Press, 1994.

JUNG, Carl Gustav... (et al.) *O Homem e seus símbolos*. 17ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

LENTIN, Jean-Pierre. *Penso, logo me engano: breve história do besteiro científico*, 4. ed. São Paulo: Ática, 1997.

LOWENTHAL, Mark M. *Intelligence*. 6 ed. Washington (DC): Sage/CQPress, 2015.

MARTIN, Alain Paul. *Harnessing the power of Intelligence, Counterintelligence & surprise events*. Canada: Executive dot org, 2002.

MENEZES, Djacir. *O problema da realidade objetiva*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/MEC, 1971.

NIETZSCHE, Friedrich W. *A gaia ciência*. 3. ed. São Paulo: Hemus, 1981.

O'NEILL Catherine. *Weapons of Math destruction: how big data increases inequality and threatens democracy*. New York: Brodway Books, 2016.

PENNA, Antônio Gomes. *Cognitivismo, consciência e comportamento político*. São Paulo: Vértice, 1986.

PIAGET, Jean. Sabedoria e ilusões da filosofia, in *A epistemologia genética* [...]. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

POPPER, Karl Raimund. *A lógica da pesquisa científica*. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 2013a.

POPPER, Karl Raimund. *Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento*. São Paulo, Ed. UNESP, 2013b.

ROSITO, Guilherme Augusto. Abordagem fenomenológica e metodologia de produção de conhecimentos, in *Revista Brasileira de Inteligência*. Brasília: Abin, v. 2, n. 3, set. 2006.

RUSSEL, Bertrand. *A perspectiva científica*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SCHULSKY, Abram N. *Silent warfare: understanding de world of intelligence*. Washignton (DC): Brassey's US, 1991.

SINCLAIR, Robert S. *Thinking and writing: cognitive science and Intelligence analysis*. Washington (DC): Center for the Study of Intelligence, 2010.

TEIXEIRA, João Fernandes. *Filosofia do Cérebro*. São Paulo: Paulus, 2012.

TURNER, Michael A. *Why secret Intelligence fails*. Dulles (Virginia): Totomac Books, 2005.

VELASCO, Fernando; NAVARRO, Diego; ARCOS, Rubén (eds.) *La Inteligência como disciplina científica*. Madrid: Plaza y Valdes ed./Ministerio de Defensa, 2008.

VICENTINI, Max Rogério. *Como percebemos o mundo que nos cerca?* Bauru: EDUSC, 1999.

ZEGART, Amy B. *Spying Blind: the CIA, the FBI and the origins of 9/11*. Princeton/Oxford: Princeton Universty Press, 2007.